



José Ferreira Neves Neto é indicado pelo TRF2 para vaga de desembargador federal

O juiz federal José Ferreira Neves Neto, titular da 1ª Vara Federal Cível de Vitória, foi indicado por unanimidade, pelo Plenário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região na sessão do dia 27 de maio, para compor o quadro de magistrados daquela corte. O juiz deverá preencher a vaga destinada à promoção pelo critério de antiguidade deixada pelo desembargador federal Paulo Freitas Barata, que se aposentou este ano. O nome do magistrado será submetido agora à confirmação pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Pernambucano, José Neves iniciou sua carreira na magistratura como juiz auxiliar da 1ª Vara Federal do Pará, em fevereiro de 1988. Ele havia sido aprovado em 1987 no último concurso para juiz federal, promovido pelo extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR). Em outubro de 1988 veio removido para a Justiça Federal do Espírito Santo, a pedido, designado juiz auxiliar da 1ª Vara Federal.

Foi promovido titular em julho de 1989 e se manteve na 1ª Vara até hoje, sendo que de 04 de junho de 2001 a 30 de julho de 2003 chegou a atuar como juiz convocado em auxílio junto à 6ª Turma do TRF2.

Na Justiça Federal capixaba, é o mais antigo magistrado em atividade.



Suspensão expediente na VF-Colatina nos dias 04 e 11 de junho e no 3º JEF no dia 04

A Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo divulgou nesta terça-feira, 1º de junho, as Portarias ES-POR-2010/00385 e ES-POR-2010/00392, que suspendem o expediente na Vara Federal de Colatina, nos dias 04 e 11 de junho, e no 3º Juizado Especial Federal, apenas no dia 04 de junho. Veja as Portarias no www.jfes.jus.br.

Definido expediente do TRF2 e das Seções Judiciárias do RJ e do ES nos dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo

De acordo com a Resolução nº 06, de 02 de junho de 2010, assinada pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal Paulo Espírito Santo, o expediente do Tribunal e das Seções Judiciárias dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo nos dias em que a seleção brasileira participar dos jogos da Copa do Mundo, será das 08 às 13h, quando os jogos ocorrerem às 15h30min. Nestas ocasiões, o atendimento ao público externo será feito de 09 às 13h.

Já quando os jogos ocorrerem às 11h, o expediente será suspenso. As horas não trabalhadas serão compensadas em dias a serem fixados pelos respectivos superiores hierárquicos.

Os prazos processuais que vencerem ou iniciarem nestas datas prorrogam-se até o primeiro dia útil subsequente.

(www.trf2.jus.br)

Alunos da UVV visitam JFES



Cerca de 20 alunos do curso de Direito da UVV visitaram o prédio sede da Justiça Federal capixaba, no dia 27 de maio. Acompanhados da supervisora do Núcleo de Prática Jurídica da faculdade, professora Livia Cipriano Dal Piaz, os alunos visitaram inicialmente a Seção de Distribuição Cível e Criminal (Sedic/NDI). Foram recepcionados, em seguida, pelo juiz federal Pablo Coelho Charles Gomes (4ª Vara Federal Cível), que falou sobre as matérias que mais julga naquela vara: de direito administrativo, semelhante às varas da Fazenda Pública na Justiça Estadual.

Os estudantes também foram ao auditório da JFES, onde receberam da servidora Ana Paola Dessaune Carlos Vidal, supervisora da Seção de Comunicação Social, informações sobre a história da instituição, sua estrutura administrativa e judiciária, interiorização, especialização e virtualização das varas.

Terça-feira, 1º de junho, outro grupo de estudantes da faculdade conheceu a JFES. Desta vez, a vara visitada foi a 1ª VF-Cível. Os alunos foram recebidos pelo diretor de secretaria João César Sobrinho, que falou sobre o funcionamento daquela secretaria e deu dicas muito úteis para que os futuros advogados possam desempenhar um bom trabalho.

Corregedor Nacional defende aprimoramento dos Juizados Especiais

O corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, defendeu em 28/6, em Tocantins, a necessidade de aperfeiçoar o funcionamento dos juizados especiais brasileiros, muitas vezes tratados com “descaso” pelos tribunais. “Temos que ter políticas públicas uniformes para os juizados especiais, que são a porta de entrada dos cidadãos à Justiça”, destacou o ministro, durante o 27º Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), em Palmas (TO). O ministro conclamou os tribunais estaduais e corregedorias gerais a dedicarem maior atenção a essas unidades da Justiça, que sofrem com a falta de estrutura, de planejamento e excesso de processos. “É preciso garantir recursos e estrutura física e humana adequada, assim como uniformizar os procedimentos relativos ao processamento e julgamento dessas causas de interesse dos cidadãos”, reforçou Dipp. (...) MB/MM/ Agência CNJ de Notícias / Veja mais no www.cnj.jus.br

Parceria entre CNJ e Governo Federal vai melhorar o atendimento a usuários de drogas

O governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), vai apoiar a implantação das medidas propostas pela Corregedoria Nacional de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visam aprimorar o trabalho dos juizados especiais no atendimento a usuários e dependentes de drogas. “Essa parceria mostra que é possível fazer políticas públicas com os demais Poderes”, destacou o corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, em palestra no 27º Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), em Palmas (TO). O Provimento 4, publicado pela

Corregedoria Nacional de Justiça no final de abril, determina a criação de equipes multidisciplinares nos fóruns para recepcionar os usuários ou dependentes de drogas envolvidos em ocorrências criminais, e propor aos magistrados a medida mais adequada para cada caso.

(...) A ideia é que nesse atendimento, a equipe conheça os problemas do usuário de droga e sugira as medidas necessárias à reinserção social, conforme decisão final do juiz responsável. (...) MB/MM / Agência CNJ de Notícias / Veja mais em www.cnj.jus.br

Evento da Emarf dia 18

A Escola de Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf) realizará no dia 18 de junho, das 9 às 13 horas, o Fórum “Aspectos controvertidos da atuação da Defensoria Pública da União em Direito Internacional”, parte do Curso de Direito Internacional e a Justiça Federal. O evento **será aberto ao público e haverá videoconferência** para a Seção Judiciária do Espírito Santo (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória).

As inscrições dos magistrados federais devem ser feitas pela internet, módulo do CAE. Já os servidores e demais interessados podem se inscrever pelo telefone (27) 3183-5187 ou e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br.